

Alvará em fôrma de Ley, pelo qual Sua Magestade he servido declarar os fallarios, assignaturas, e mais proes, e precalsos, que devem haver os Ouvidores, Juizes, e mais Officiaes nos seus Dominios.

De 10 de Outubro de 1754.



U ELREY. Faço saber aos que este meu Alvará em fôrma de Ley virem, que sendo-me presente a differença, que ha nas assignaturas, e emolumentos, que leuão os Ouvidores, Juizes, e mais Officiaes de Justiça nos meus Dominios da America, introduzidos muitos com excessõ por estilo, e falta de Regimento, o qual he necessario para a boa administração da Justiça, socego da consciencia, e bem cõmun, não se podendo guardar o que a Ordenação determina, e neste Reino se observa, pela distancia delles, e mais circumstancias, que são notorias; nem tambem permittir os emolumentos, que em alguns Regimentos antigos se taxaraõ, os quaes, supposto fossem legitimamente arbitrados, pela diversidade dos tempos, necessitaõ de refôrma na parte que evidentemente consta serem excessivos, e prejudiciaes aos povos: sendo da minha Real intenção, que estes não sejaõ gravados nas dependencias da Justiça com maiores despesas, e fallarios, além dos que forem justos, conforme o estado do Paiz. Pelo que, ponderadas todas as circumstancias, mandei determinar o presente Regimento geral, para as Comarcas da Beira-Mar, e Certaõ: excepto o das Minas, para o qual separadamente dou tambem a mesma providencia; e ordeno que com todas ellas se observe inviolavelmente pelos ditos Ouvidores, Juizes, e Officiaes de Justiça, não excedendo em cousa alguma o que nelle vai arbitrado, e lhe hei por concedido na fôrma abaixo declarada.

OUVIDORES DAS COMARCAS.

T Eraõ estes de alçada nos bens de raiz até a quantia de dezaseis mil reis, e nos móveis até vinte mil reis, e nas penas pecuniarias até seis mil reis.

Das sentenças definitivas, sendo a causa até trinta mil reis, levarão de assignatura, cento e cincoenta reis; de trinta até cem mil reis, duzentos e cincoenta reis; de cem mil reis até quinhentos, trezentos e cincoenta reis; e de quinhentos mil reis para cima, quatrocentos e cincoenta reis. Embargando-se as ditas sentenças, levarão anetade da assignatura da sentença: quer esta seja embargada por huma só parte, ou por ambas; das quaes levará só a dita meia assignatura. A mesma ordem, e differença se praticará nas assignaturas das sentenças sobre exceções peremptorias, e de espolio, artigos de attentado, de falsidade, e opposição, quando tiverem conhecimento ordinario, e se julgarem a final, pondo-se com a sentença fim á causa, e se pagará a assignatura della, regulando-se pelo pedido na acção; porém quando esta se não terminar pela dita sentença, não levarão della cousa alguma. Das exceções declinatorias levarão oitenta reis.

Nas acções da alma, não cabendo a causa na alçada, levarão cem reis; e cabendo nella, oitenta reis, e esta mesma quantia levarão de huma absolvição da instancia. Dos mandados de preceito, cem reis; e de

outros quaesquer mandados, cincoenta reis. Das cartas precatórias, citatorias, executorias, de inquirição de posse, e para outras quaesquer diligencias, oitenta reis, e o mesmo das Cartas, ou Alvarás de Editos. Das cartas de seguro, nos casos em que as podem passar de cada hum dos culpados, que se pertenderem segurar, sendo pessoas livres, trezentos reis. Porém sendo pai, e filho; marido, e mulher, ou senhor, e seus escravos, levarão sómente a dita quantia, como se fosse huma pessoa só; não passarão porém as cartas de seguro nos delictos exceptuados na Ley, e que privativamente pertencem ao Corregedor do Crime da Relação do districto, nem nos casos, que lhe são permittidos, poderão passar as ditas cartas, mais que por hum anno; e se dentro d'elle for a carta quebrada, poderão passar segunda; pelo tempo que restar para se concluir o anno, da qual levarão a mesma assignatura. Das justificações para embargo, ou segurança, e de que se mandar passar instrumento oitenta reis. De sello da sentença, ou carta, sessenta reis. De juramento suppletorio, e tambem dado aos Louvados; para se avaliar a causa de cada hum, oitenta reis: porém louvando-se ambas as partes no mesmo Louvado, levarão só a dita quantia. De inquirir cada testemunha, cincoenta reis, tanto em causas Crimes; como Civeis, naquellas em que o póde fazer. De exame feito em sua casa, e presença, sobre vicio de autos, papéis, ou livros, duzentos reis. De artigos de habilitação, oitenta reis. De embargos remettidos, oitenta reis; e vindo-se com elles na execução, sendo de nullidade, pagamento, compensação, retenção de bemfeitorias, artigos de liquidação, e justificativos, levarão ametade da assignatura da sentença definitiva; porém sendo de terceiro senhor, ou possuidor, levarão a final a mesma assignatura, que da sentença definitiva.

Das arrematações em leilão, sendo de bens móveis de valor até cincoenta mil reis, levarão de cada huma cincoenta reis; de cincoenta mil reis até cem; terão oitenta reis; e passando de cem mil reis, ou sendo de bens de raiz, cento e cincoenta reis; porém requerendo o Arrematante carta para seu titulo, não levará della assignatura. De cada victoria na Cidade, ou Villa, mil e duzentos reis, e sendo no Termo, ou Comarca, levarão o caminho a seis legoas por dia, dous mil e quatrocentos reis; e o mesmo vencerão por dia nas diligencias, indo fóra da terra a requerimento de parte. Dos instrumentos de agravos, trezentos reis. Das appellações, que vierem ao dito Juizo, quatrocentos reis; e vindo-se com embargos á sentença, ametade da assignatura da primeira, quer esta seja embargada por huma só parte, ou por ambas, na forma que fica dito. Dos dias de apparecer, trezentos reis. Das devassas particulares, que tirarem a requerimento de parte, ou havendo culpados, levarão do auto, e juramento ao queixoso, oitenta reis. De cada testemunha, cincoenta reis; e da pronuncia; seja hum, ou muitos culpados, pronunciados juntamente, ou em diverso tempo, trezentos reis. Nas queréllas, levarão do auto, testemunhas, e pronuncia o mesmo que nas devassas.

De aposentadoria, quando forem em correição ás Villas de sua Comarca, não levarão cousa alguma dos bens do Conselho em dinheiro, ou em especie, e só se lhes darão casas, camas, lenha para os primeiros dias; e louça para a cozinha, e mesa; e o mais que lhe for necessario, o com-

compraráo com o seu dinheiro pelo preço, e estado da terra, e o mesmo observaráo quando forem ás ditas Villas por mandado meu a diligencias do meu Real serviço. Da audiencia geral na Camera, capitulos de correição, e provimentos, que fizerem nos livros della, levaráo dezafeis mil reis. Da eleição das Justiças, e pelouros, que os Ouvidores podem fazer para tres annos, em qualquer tempo do terceiro anno da eleição passada, oito mil reis. Da devassa de suborno, não havendo culpados, não levará couza alguma dos bens do Conselho. De assignatura das cartas de usança aos officiaes eleitos, de cada huma levaráo seiscentos reis. Das rubricas dos livros das Camaras, onde não houver Juizes de Fóra, de cada huma folha trinta reis.

Para as revistas das afferçoens das balanças, pezos, e medidas, nas Comarcas, onde houverem Rendeiros da Chancellaria, mandará o Ouvidor, assim que abrir correição, lançar pregoens, e pôr Editaes, nos quaes declarará os dias das audiencias destinados para as da Chancellaria, e que por elles ha por citadas as pessoas, que são obrigadas a ter as balanças, pezos, e medidas afferidas; e mostrando estas, que as afferirão, e cumprirão sua obrigação em tempo, o Ouvidor os absolverá, e levará da absolvição oitenta reis, que pagará o Rendeiro, que accusou, e poz a acção; e os que, sendo obrigados, não tiverem afferido, ou não forem apresentar a sua afferição, ou tiverem afferido fóra do tempo determinado pela Ley, pagarão a condemnação, que aos Ouvidores parecer justa, havendo-se nella com moderação, não podendo exceder a quantia de mil e duzentos reis no maior caso, e dentro desta quantidade se conformaráo sempre com o estilo mais observado, e tambem as custas, que serão oitenta reis para o Ouvidor, e quarenta reis para o Escrivão, e nas Comarcas, em que não houver Rendeiros da Chancellaria, será a condemnação para o Meirinho, da qual pagará ao Ouvidor, e Escrivão o que lhe toca, e assim fica declarado, e dos absolvidos não teráo couza alguma neste caso.

E porque os Ouvidores são tambem Provedores nas suas Comarcas, e tem obrigação de examinar as contas dos Conselhos, indo em correição, e de prover os Inventarios dos Orfãos, e de tomar contas dos rendimentos das legitimas delles, e de as rever, sendo tomadas pelo Juiz dos Orfãos, e de tomar contas aos Testamenteiros, e do mais que lhe compete conhecer pelo seu Regimento. Nas contas dos testamentos não levaráo residuo do que acharem cumprido: e isto ainda que as despezas fossem feitas depois do anno, e mez, ou depois do tempo, que o Testador lhe concede: porém se forem feitas depois de serem citados para darem conta, tendo sido citados já passado o tempo, levaráo residuo do que depois de citados for cumprido, e será do premio, ou legado, que o Testador deixou ao Testamenteiro, e não lhe sendo deixado couza alguma, o haverá dos bens do Testamenteiro, que o deve satisfazer pela sua negligencia: com tal declaração, que sendo a duvida do cumprimento só por falta de formalidade, sendo certa a despesa, e conforme a disposição se não levará residuo, e áchando que cumprio bem como devia, e dentro do tempo, ou antes de ser citado, levará sómente de julgar o testamento por cumprido, seiscentos reis, e da quitação, querendo-a o Testamenteiro, não levará assignatura. Das contas, que tomarem nos Conselhos, sendo o rendimento menos de duzentos mil reis, levaráo

trezentos reis : de duzentos mil reis até quatrocentos, levarão seiscentos reis. De quatrocentos mil reis até hum conto de reis, mil e duzentos reis, e de hum conto até dous contos de reis, dous mil e quatrocentos reis, e nada mais, ainda que o rendimento seja maior. E não levarão residuo, e só das addições, que glozarem, tendo sido mal dispendidas, e o pagarão os Officiaes, que fizerem essa despeza, fazendo repor a importancia della. O mesmo observarão nas Confrarias, Hospitaes, e Albergarias, conforme a importancia do rendimento sem residuo; e só o poderão levar do que acharem mal dispendido, e fizerem repor á custa dos que mal o dispendirão. Das contas, que tomarem aos Tutores dos bens dos Orfãos, que administram, ou das que reverem sendo já tomadas pelos Juizes delles, levarão o mesmo concedido a estes. Das coimas appelladas, havendo-as, ou sejam confirmadas, ou revogadas, de cada huma levarão da parte vencida, oitenta reis. Das rubricas dos livros, que lhe pertencerem, como Provedor, levarão o mesmo que por ellas lhe he concedido, como Ouvidor. Dos Inventarios, e partilhas levarão o mesmo, que lhe he dado aos Juizes dos Orfãos.

JUIZES DE FORA, E ORFÃOS.

T Erao de alçada nos bens de raiz até doze mil reis, e dezafeis nos móveis, e nas penas pecuniarias, até quatro mil reis.

Das sentenças definitivas, ou sejam as causas ordinarias, ou summarias, sendo de valor até trinta mil reis, levarão sessenta reis. De trinta até cem mil reis, cento e vinte reis. De cem até quinhentos mil reis, duzentos e quarenta reis. E de quinhentos mil reis para cima, trezentos e sessenta reis. E embargando-se as sentenças, ou seja por huma das partes, ou por ambas, levarão sómente ametade da assignatura da sentença, pagando cada huma a parte competente, quando ambas embargarem. A mesma assignatura levarão das exceções peremptorias, e de espolio, artigos de attentado, de falsidade, e opposição, quando tiverem conhecimento ordinario, e se determinarem a final, pondo-se com a sentença fim á causa, observada a differença do valor della, que se regulará pelo pedido na acção. E não pondo a sentença fim á causa, não levarão couza alguma. Das exceções declinatorias, levarão quarenta reis.

Nas acções da alma, não cabendo na alçada, levarão cincoenta reis; e cabendo nella, quarenta reis. Dos mandados de preceito, cincoenta reis; e de outros quaesquer mandados para citações, prizoens, penhoras, e Alvarás de folha, e soltura, quarenta reis. Das cartas precatórias, citatorias, executorias, de inquirição de posse, e para outras quaesquer diligencias, quarenta reis, e o mesmo das cartas, ou Alvarás de Editos. Das justificações para embargo, ou segurança, e de que se mandar passar instrumentos, quarenta reis. Do selo da sentença quarenta reis. Do juramento suppletorio, e tambem dado aos Louvados para avaliarem a causa, de cada hum quarenta reis; e louvando-se ambas as partes em hum só Louvado, levarão a mesma quantia. De inquirir cada testemunha em causa Crime, ou Civil, quarenta reis. Dos exames, que se fazem em sua casa, e presença, sobre falsidade, ou vicio de alguns autos, livro, ou documento, cento e sessenta reis. De artigos de habilitação, quarenta reis; e o mesmo das sentenças de absolvição da instancia. De embargos remettidos quarenta reis. Dos de nullidade, pagamento,

com

compensação de retenção de bemfeitorias, artigos de liquidação, e justificativos, levarão meia assignatura da sentença definitiva, como nos mais embargos, e assim fica declarado: sendo porém os embargos de terceiro, levarão delles a mesma assignatura, que da sentença definitiva.

Das arrematações em leilão, sendo de bens móveis de valor até cinquenta mil reis, levarão de cada huma trinta reis; e de cinquenta até cem mil reis, cinquenta reis; e passando de cem mil reis, ou sendo de bens de raiz, oitenta reis: porém requerendo o Arrematante carta para seu titulo, não levarão assignatura. De cada vestoria na Cidade, ou Villa, oitocentos reis: e sendo fóra no Termo, levarão por dia, a razão de seis legoas, mil e oitocentos reis, e o mesmo vencerão cada dia nas diligencias indo fóra da terra a requerimento de parte. Das devassas particulares, que tirarem a requerimento de parte, ou havendo culpados, levarão do auto, e juramento ao queixoso, cinquenta reis. De cada testemunha, quarenta reis. E da pronuncia, seja hum, ou muitos culpados pronunciados juntamente, ou em diverso tempo, duzentos reis. Nas queréllas, levarão do auto, testemunhas, e pronuncia, o mesmo que nas devassas. Das rubricas dos livros das Cameras, e dos mais, que podem rubricar, por cada folha vinte reis.

Os Juizes dos Orfãos do auto do Inventario, juramento no Inventariante, e Avaliadores, não os havendo juramentados, levarão quatrocentos reis, e nada mais, sendo na Cidade, ou Villa. E sendo fóra della em distancia, vencerão do caminho o fallario, que abaixo se declara. Porém não irão fóra fazer Inventarios, senão quando for mais utilidade dos Orfãos, e não levarão Avaliadores consigo á custa delles, por deverem ser visinhos do lugar, ou sitio, onde estão os bens, os quaes tem razão para saber melhor o valor, e estimação delles, e havendo Avaliadores do Conselho juramentados, querendo ir sem vencerem fallarios de caminho, os devem levar.

Das partilhas levarão o fallario na forma do Regimento já constituido para o mesmo Juizo em dous de Maio de mil setecentos trinta e hum. Porém excedendo a importancia dellas a quantia de dous contos de reis, levarão quatro mil e oitocentos, e nada mais; posto que o Inventario, e partilhas seja da maior importancia. E não irão fazer as partilhas fóra com pretexto algum, e se forem não vencerão caminho. Das arrematações dos bens em leilão, levarão o mesmo, que os Juizes de Fóra do geral, á custa dos Arrematantes, sem defraudarem os bens dos Orfãos. De cada auto de contas, que tomarem aos Tutores, e Curadores, quando estes forem obrigados a dallas, que he de dous em dous annos, sendo dativos; e de quatro em quatro, sendo legitimos, ou testamentarios, na forma da Ley, levarão o fallario, que lhes determina o dito Regimento, havendo só respeito ao rendimento, de que tomão conta, e nada mais levarão, ainda que aquelle seja maior, e muitos os Orfãos, por ser hum o Inventario, e Tutor, e huma só administração, de que dá conta; porém sendo muitos os Orfãos, e diferentes os rendimentos dos bens, se rateará a despeza da conta conforme o que tocar a cada hum. Nem tambem irão os Juizes tomar fóra as contas para vencerem, por terem os Tutores obrigação de as irem dar perante elles, sendo notificados por seu mandado depois de passado o

tempo ; ou havendo justa causa para removellos da tutela ; e quando haja nelles contumacia poderem obrigarlos pelos meios , que lhe são permittidos por direito , da mesma sorte , que os Testamenteiros , e outros , que tem obrigação de darem contas da sua administração perante Juizes certos , e competentes.

Os Juizes de Fóra dos Orfãos , no mais , que aqui não vai expreffo , levarão as mesmas assignaturas , e fallarios de caminho , que ficarão permittidos aos Juizes de Fóra do geral. E os Juizes eleitos pelas Cameras não levarão assignaturas , da mesma sorte , que as não levão os Juizes Ordinarios ; e só levarão o sello das sentenças , e cartas inquiridorias , arremataçoens , e caminhos , dos quaes se lhe contarão sómente dous mil e quatrocentos reis por dia , a razão de seis legoas ; e sendo menor a distancia , a quatrocentos reis por legoa , e os emolumentos das partilhas , e contas , que determina o dito Regimento de dous de Maio de mil setecentos trinta e hum.

ESCRIVAENS , E TABELLIAENS DO JUDICIAL.

DE cada citação , ou notificação , que fizerem , de que passarão certidão , sendo na Cidade , ou Villa , levarão duzentos reis , e sendo no Termino por mandado , levarão mais o que lhe tocar de caminho , conforme a distancia. Porém sendo feita em audiencia , ou em sua casa , levarão sómente quarenta reis ; e o mesmo levarão de cada autuação. De humna procuração *apud acta* , ainda que sejaõ muitos os Procuradores , oitenta reis ; e se duas , ou tres pessoas constituirem hum Procurador , levarão o mesmo de cada humna : salvo sendo marido , e mulher , ou irmãos , em humna herança , Cabido , Universidade , ou Conselho , que não pagarão sennaõ como humna só pessoa. Dos mandados , que passarem para citação , segurança , prizaõ , avocatorias , e outras diligencias , sessenta reis. O mesmo dos Alvarás de folha , soltura , ou venia , e outros semelhantes ; e tambem dos mandados de preceito por confissão da parte , quando for condemnada em audiencia ; sendo porém feita nos autos por termo , e dada nelles sentença , ainda que seja de preceito , levarão o mesmo , que lhe tocar pelas definitivas. Das revelias , e mandados , de que se fizer menção nos termos do processo , não obstante a Ordenação , liv. 1. tit. 83 §. 6 e 9 permittir de cada termo seis reis , e quatro reis de cada mandado , não se lhe contará couza alguma , para evitar a confusão da conta , e maior desembaraço della : havendo-se respeito a esta diminuição no que haõ de levar pela escrita á raza , que abaixo se lhe arbitra , para compensar este prejuizo. De hum termo de confissão , ou transacção entre partes , ou desistência , oitenta reis. Das inquirições , além do que montar a raza de sua escrita , levarão de cada assentada quarenta reis , tirando tres testemunhas debaixo de cada humna ; e não poderão levar mais , que duas assentadas por dia : humna de manhã , e outra de tarde ; e tendo humna menos , e outra mais testemunha , se supprirá humna por outra , conforme o que toca a cada assentada tres testemunhas ; e não chegando a esse numero , se lhe contará por cada humna dez reis , sendo tiradas em casas particulares na Cidade , ou Villa , ou seus arrabaldes em humna só casa , levarão quarenta reis ; e se forem em diversas casas , levarão o mesmo de cada humna ; e indo fóra da Cidade , ou Villa ; levarão o que lhe tocar de seu

seu caminho, conforme a distancia, e demora justa, que tiverem. De caminho nas inquiriçoens, e mais diligencias, a que forem a requerimento de parte, levarão por dia mil e duzentos reis, contando as seis legoas por dia, e por legoa duzentos reis; e sendo menos a distancia, se lhe contará por legoa.

Das conclusoens das sentenças interlocutorias, levarão quinze reis de cada huma, e vinte e cinco reis das definitivas. Da conclusão ante o Juiz da appellação, sendo de definitiva, cento e cinquenta reis. Da publicação das sentenças interlocutorias, trinta reis. E das definitivas, sessenta reis, e sempre nella devem dar fé, se foraõ as partes presentes, ou não. A raza se ha de contar por regras, a quinze reis por cada cinco regras, tendo estas trinta letras cada huma; e assim se contará nas inquiriçoens, appellaçoens, traslados, e termos do processo, attendendo a terem-se tirado os emolumentos, os termos, revelias, e mandados, que serão obrigados a fazer como dantes, contados sómente á raza. E das sentenças, e das que tirarem de instrumento, de agravo, e cartas de arrematação, se lhe contará cada meia folha escrita de ambas as partes, a duzentos reis; tendo cada lauda vinte e cinco regras, e cada regra trinta letras, humas por outras. Das cartas testemunhaveis, citatorias, de inquirição, de seguro, ou outra qualquer que leve sello, e instrumento de agravo, levarão de cada meia folha, das primeiras tres, escrita de ambas as partes, com as mesmas regras, e letras; cento e oitenta reis, e o mais a raza da fórma, que fica dito.

Das buscas dos processos, ou sejaõ findos, ou retardados, tendo passado seis mezes sem se fallar nelles, não estando conclusos, ou estando hum anno na mão do Escrivão, levarão dos primeiros seis mezes passados dahi em diante por cada mez, vinte e quatro reis, não levando mais que a respeito dos mezes, que houver, em quanto o feito for findo, ou retardado; depois de passados os primeiros seis mezes; e chegando a anno, levarão duzentos e oitenta e oito reis. E sendo mais tempo, que passê de anno, levarão no segundo mais cento e quarenta e quatro reis, que he ametade do que lhe pertence pelo primeiro; e se passar de dous annos, levarão quarenta e oito reis do terceiro, que he a terça parte do que devem levar a respeito do segundo; e por todos tres levarão quatrocentos e oitenta reis, e nada mais, ainda que a busca seja de mais annos, o que se entenderá até trinta annos; porque passados estes, poderão levar o que ajustarem com as partes, por não terem obrigação de dar conta dos processos; e a busca levarão de todos os autos, inquiriçoens, escrituras, que tiverem em seu poder, e guarda. Porém sendo as buscas em livros, como são de queréllas, ou denuncias, levarão de busca sómente ametade do que levariaõ dos processos, e escrituras, havendo respeito ao que fica dito.

De cada penhora, embargo, ou sequestro, que fizerem na Cidade, ou Villa, em bens de qualquer especie, levarão duzentos e quarenta reis pelo auto, e ida; e sendo no Termo, levarão mais o que lhe tocar de caminho. Dos pregoens dos bens penhorados, que o Porteiro der na Praça, e lugares publicos, não levarão cousa alguma, e sómente a escrita delle á raza, os quaes devem lançar pela certidão do Porteiro, e fé que este tem nas cousas, que pertence ao seu officio. Das arremataçoens dos bens penhorados, ou em leilão, sendo de móveis de

valor até cincoenta mil reis , levarão quarenta reis ; e de cincoenta mil reis para cima até cem mil reis , oitenta reis ; e passando de cem mil reis , ou sendo de bens de raiz , cento e cincoenta reis ; porém querendo o Arrematante carta de arrematação para seu titulo , levarão della a escrita , como de sentença , da fórma atraz declarada. E do termo de entrega , quando os bens se não arrematarem , levarão o mesmo , que de qualquer mandado.

Nas vestorias na Cidade , ou Villa , além do que lhe importar a escrita á raza , levarão cento e cincoenta reis , e sendo fóra , levarão o seu caminho. Dos exames , que fizerem em autos , livro , escritura , ou outro qualquer documento sobre vicio , ou falsidade , levará cada hum trezentos reis ; e o que fizer o auto , levará de mais a escrita ; e nos que se fizerem sobre lesão , aleijão , ou disformidade pelos Cirurgiões , levarão sómente a escrita ; e sendo feitos em presença do Ouvidor , ou Juiz , levarão da ida mais quarenta reis. Das Cartas de Editos , duzentos e cincoenta reis : das posses , que forem dar na Cidade , ou Villa , além da escrita , cento e sessenta reis ; e sendo fóra , levarão o seu caminho , conforme a distancia , e demora , que tiverem. De qualquer certidão , que passarem do que constar de autos , referindo-se a elles , levarão de cada meia folha , escrita de ambas as partes , cento e oitenta reis , sendo cada lauda de vinte e cinco regras , e cada regra de trinta letras , como fica dito ; e sendo de menos , não passando de hum lauda , oitenta reis.

Nas queréllas , e devassas , levarão do auto , além da sua escrita , quarenta reis ; e do sumario , a escrita á raza , assentada , e conclusão , como de definitiva , e nada mais , sendo na Cidade , ou Villa , e sendo fóra , levarão seu caminho. De cada libello , que offerecerem por parte da Justiça , como Promotor della nos casos , que lhe pertence a accusação , sendo o caso de querella , levarão cento e sessenta reis ; e sendo de devassa , que deve ser bem vista para se conformar com ella , e ser maior o trabalho , trezentos reis. Dos termos de seguro , e de viver , e proceder bem , e outros , sendo feitos em sua casa , de cada hum que os assignar , oitenta reis ; e indo tomallos á cadeia , ou casa do Juiz , cento e cincoenta reis ; e o mesmo levarão de qualquer termo de homenagem. Nas devassas tiradas a requerimento de parte , deve esta satisfazer as custas della , e sendo tiradas ex officio nos casos particulares , que a Ley determina , as pagarão os culpados , que forem obrigados á prizaõ , posto que se não venhão livrar ; e não havendo culpados , pagar-seha ametade sómente do que nella se montar , á custa do Conselho , aonde se commetteo o maleficio. De registrar a sentença na culpa , levarão quarenta reis. Nas revistas das afferçoens em correição , terá o Escrivão della quarenta reis das pessoas , que forem condemnadas , na fórma que fica declarado no titulo dos Ouvidores.

E não poderá os Escrivaens , e Tabelliaens do Judicial contar as custas per si , nem pedillas ás partes antes de vencidas , e contadas pelo Contador , ainda com o pretexto de lhas descontarem a seu tempo , pena de suspensão , e privação de seus officios.

TABELLIAENS DAS NOTAS.

DE cada escritura , que fizerem no livro das Notas , levarão mil e duzentos reis , e serão obrigados a darem o traslado della á parte , sem por isso lhe levarem outra paga. De cada procuração bastante com a mesma obrigação , novecentos reis. De cada papel , que lançarem nas Notas , e tirarem dellas , levarão a sua escrita á raza , na forma que os Escrivaens , e Tabelliaens do Judicial. Da ida fóra da casa a fazer alguma escritura , além do estipendio , que por ella lhe compete , quarenta reis ; e sendo fóra da Cidade , ou Villa , levarão o mesmo caminho , que vencem os Escrivaens do Judicial. De cada approvação de testamento , ou codicillo , seiscentos reis. De cada reconhecimento , e substebelecimento , oitenta reis. Da busca da escritura no livro das Notas , levarão ametade do que leuão os Escrivaens , e Tabelliaens do Judicial dos processos , e escrituras , e mais documentos , que he por cada mez , doze reis no primeiro anno , que sendo completo , importa cento e quarenta e quatro reis : e passando do anno , levarão no segundo , setenta e dous reis ; e se passar de dous annos , levarão mais do terceiro , vinte e quatro reis ; e por todos duzentos e quarenta reis , e nada mais , ainda que tenhaõ passado mais annos ; e outro tanto levarão por buscar qualquer instrumento , que já tiverem tirado da Nota , não lhe tendo sido requerido pela parte , a que pertencia a entrega d'elle , quando esta se não demorou por culpa sua.

ESCRIVAENS DOS ORFÃOS.

NOs processos , que ordenarem , levarão o mesmo , que os mais Escrivaens , e Tabelliaens do Judicial. Do auto de Inventario , sendo na Cidade , ou Villa , além da escrita á raza , da ida , quarenta reis ; e a raza se contará da mesma sorte , que no Judicial ; e indo fóra fazello , levarão o caminho como os mais Escrivaens , e Tabelliaens. Das partilhas , levarão do auto o mesmo , que do Inventario , e a mais escrita á raza : das conclusões , assim para a determinação da partilha , como para se julgar por sentença , o mesmo que dellas leuão os do Judicial. E não extrahirão cartas de partilhas , senão requerendo-as os Orfãos depois de maiores , ou havendo alguns maiores coherdeiros , que as peçaõ. De cada termo de tutela escrito no livro , quarenta reis , e de copiarem no Inventario , sómente o que importar a escrita. Dos termos de entrega dos Orfãos , quando se derem á soldada . e de fiança , mandados , e Alvarás , quarenta reis. O mesmo levarão dos termos de entrada no cofre , no livro , que nelle deve estar , e tambem do que fizer da sahida : esta porém se não fará sem primeiro ser ouvido o Tutor dos Menores , a que pertencer. Dos termos , que fizerem de arrendamentos dos bens dos Orfãos , nos casos , que lhe são permittidos , levarão a escrita , e da ida á praça , quarenta reis ; e das arrematações dos bens , o mesmo , que fica dito nos Escrivaens , e Tabelliaens do Judicial. Das contas , que o Juiz tomar aos Tutores dos rendimentos das legitimas dos Orfãos , levarão do auto quarenta reis , e o mais da sua escrita , contada á raza. De busca dos Inventarios , sendo requerida por parte dos Orfãos , ou seu Tutor , levarão pelo primeiro anno oitenta reis , e outra tanta quantia pelo segundo , e tambem pelo terceiro , em que se monta nos ditos tres annos , duzentos e quarenta reis , e nada mais

mais levarão dahi em diante; porém quando lhe forem requeridos por alguma parte, que não seja por parte dos Orfãos, ou de seus Tutores, poderão levar busca delles, da mesma forte, que a podem levar os Escrivaens, e Tabelliaens do Judicial dos feitos findos, ou retardados.

DISTRIBUIDORES.

DE cada distribuição, levarão oitenta reis. De busca, por ser em livro, o mesmo que o Tabellião de Notas; porém não a poderão levar, senão passados cinco annos, que o feito, auto, ou escritura forem distribuidos. De cada certidão, que passarem, levarão oitenta reis.

INQUIRIDORES.

DE inquirir cada testemunha, levarão oitenta reis, e de assentada, que terá de cada tres testemunhas, quarenta reis. De inquirir em casa particular, na Cidade, ou Villa, sendo em huma só casa, quarenta reis; e se for em diversas casas, levarão o mesmo de cada huma; e indo fóra da Cidade, ou Villa, levarão o que lhe tocar de seu caminho, como vencem os Escrivaens, e Tabelliaens.

CONTADORES.

DE contar o salário, que vence o Escrivão, ou Tabellião, tanto da parte do Autor, como do Reo, levarão de cada huma oitenta reis. De contar as custas da parte, cento e cinquenta reis; e quando as houver de dividir, por ser a condemnação das custas por partes, levarão de ambas, duzentos e trinta reis; havendo de cada huma, conforme a parte, que lhe tocar: porém de contar as pessoas, quando as partes as vencem, não levarão cousa alguma. Havendo de contar jurros, ou importancia liquida de frutos, ou rendimentos annuaes, levarão por cada hum anno, oitenta reis. E de outras contas, que os Julgadores lhe mandarem fazer, entre partes, sendo em causa de maior valor, que exceda a Alçada, levarão o que lhe for taxado pelo Juiz, que a mandou fazer, o qual arbitrará o salário, conforme a qualidade dellas; e não levarão cousa alguma, sem lhe ser taxado, nem maior estipendio, que o arbitrado. Porém achando-se as partes gravadas no arbitrio, poderão recorrer a maior Alçada, por meio de agravo, ou quando se conhecer da appellação.

MEIRINHOS, E ALCAIDES.

DE cada prizaõ levarão trezentos reis; e o mesmo de cada penhora, embargo, ou sequestro. De cada citação, que por estilo fazem, terão o mesmo, que os Escrivaens, e Tabelliaens do Judicial, passando certidão em fé della. De caminho, assim no Juizo da Ouvidoria, como ordinario, levarão por dia seiscentos reis; e indo fóra a mais diligencias do que huma, ratearão por todas a importancia do que vencerem do caminho; o que observarão tambem os mais Officiaes.

ESCRIVAENS DA VARA.

DE cada auto, que fizerem de prizaõ das pessoas, que os Meirinhos, e Alcaides prenderem, indo em sua companhia, levarão cento e cinquenta reis; e da ida com o Meirinho, ou Alcaide, outros cento

cento e cincoenta reis; e o mesmo levarão de cada auto, que fizerem das condemnaçoens, verbas, que escrevem em livro. Dos autos de penhora, embargo, ou sequestro, e outros, que por razão do seu Officio podem fazer, cento e cincoenta reis. De caminho, e diligencias fóra da Cidade, ou Villa, levarão o mesmo, que leuão os Meirinhos, e Alcaides.

P O R T E I R O S.

DE cada citação, que fizerem, e passarem fé, levarão oitenta reis; e sendo na audiencia, vinte reis; porém se forem em distancia fóra do Lugar, ou Villa, levarão o seu caminho a cincoenta reis por legoa, que he por dia a razão de seis legoas, trezentos reis. De cada pregação em audiencia, vinte reis. De apregoar na praça, e n'ais lugares publicos os bens penhorados os dias da Ley, levarão de cada hum trinta reis, que nos oito dias, que devem andar os bens móveis, importa duzentos e quarenta reis; e nos vinte dias, que devem andar os de raiz, seiscentos reis; os quaes só vencerá depois de passar certidão com fé de que os correo, como he estílo, para se ajuntar aos autos; e satisfazendo o devedor a divida antes que se acabem os dias da praça, pagar-lhe-ha os pregoens, que tiver corrido, e nada mais. De arrematação de bens móveis até cincoenta mil reis, levarão vinte reis; de cincoenta mil reis para cima até cem, quarenta reis; e passando de cem mil reis, oitenta reis. De apregoar hum Carta de Editos, fixalla, e passar certidão, depois de findo o tempo, cento e cincoenta reis.

PARTIDORES DOS ORFÃOS.

OS Avaliadores dos bens nas Cidades, ou Villas, fero os mesmos Partidores juramentados, havendo-os, e levarão de avaliar os bens, que se inventariarem, cada hum trezentos reis: se porém se gastar hum dia inteiro no Inventario, levará cada hum seiscentos reis; e assim os mais dias, que gastarem a'esse respeito: porém sendo o Inventario distante da Cidade, ou Villa, fero os Avaliadores visinhos do lugar, onde estiverem os bens, por terem mais razão de saber delles; e não havendo visinhança perto, se contará a cada hum a seiscentos reis por dia, desde que sahirem de sua casa até se recolherem, contados os dias a seis legoas cada hum. E querendo ir os Avaliadores do Conselho, sem que se lhe conte caminho, e só o tempo, que durar a factura do Inventario, os Juizes os admittirão, mandando-lhe pagar os dias, que durar o Inventario, e avaliação. Os Partidores levarão ambos juntos outro tanto salário como he permittido ao Juiz da facção das partilhas, como fica dito; e não levarão caminho, ainda que estas se fação fóra da Cidade, ou Villa, assim como o não devem levar o Juiz; e Escrivão.

ESCRIVAENS DA CAMERA.

DE cada Alvará, que for assignado pelos Officiaes da Camera, levarão oitenta reis. De todos os assentos, e termos, que fizerem nos livros della, por mandado dos Vereadores a requerimento das partes, assim como obrigaçoens, fianças, e outras semelhantes, de cada hum oitenta reis. De cada licença, que passarem aos Vendeiros, e Officiaes mecanicos, e os mais, que tem porta aberta para vender, duzen-

duzentos reis. Das cartas, patentes, e provisoens, que se registarem nos livros da Camera, seiscentos reis. Das cartas testemunhaveis, que passarem de quaesquer requerimentos, que se fizerem aos Vereadores, e Officiaes da Camera, levarão o mesmo, que os mais Escrivaens á custa de quem as requerer. Da publicação da sentença, que a Camera preferir nos feitos de injurias verbaes, sessenta reis, e escrevendo alguma cousa nelles, depois de conclusos, por mandado dos Juizes, e Vereadores, levarão o que montar essa escrita á raza, contada na forma, que os mais Escrivaens, e Tabelliaens do Judicial. Dos contratos, que se arrematarem pela Camera, não levarão propina alguma, e somente de cada arrematação, ou seja de afferçoens, ou curraes, talhos, ou outras semelhantes rendas, levarão de cada huma mil e duzentos reis. Porém da arrematação de qualquer obra, que a Camera mandar fazer, levarão somente seiscentos reis. De cada Regimento de officio, ou taxa, que se passar para sempre, seiscentos reis, e o mesmo de cada Provisão de Juiz de cada hum dos officios mecanicos, e cartas de exame. De cada termo de juramento, e posse, que se der na Camera aos Capitães da Ordenança, e outros, trezentos reis. De escreverem as eleições das Justiças, que fizerem os Ouvidores, ou Officiaes da Camera de tres em tres annos, dous mil e quatrocentos reis. Pela escrita das contas do Conselho, não tendo delle ordenado, levarão tres mil e seiscentos reis.

ESCRIVAENS DA ALMOTAÇARIA.

DE huma acção, levarão quarenta reis; e o mesmo de huma absolvição da initancia do Juizo, assentada em caderno. De huma apellação entre partes para o Juiz, ou Camera, oitenta reis. De cada testemunha, o mesmo. De huma sentença, cem reis. De huma pena, posta entre partes, oitenta reis. No provimento pela Cidade, ou Villa, quando forem com os Almotaceis, levarão dos que acharem em culpa, e forem condemnados, de cada hum vinte reis. E havendo causas, em que se houver de condemnar processo, e guardar a ordem do Juiz, levarão, do que processarem, o mesmo que os mais Escrivaens, e Tabelliaens do Judicial.

A D V O G A D O S.

DE cada requerimento em audiencia, oitenta reis. De pôr sua acção, o mesmo. De huma petição de agravo, seiscentos reis. De huma exceção, o mesmo. De Ração offerecida por embargos, cento e sessenta reis. De causa ordinaria, com replica, e treplica, quatro mil e oitocentos reis. De causa summaria, dous mil e quatrocentos reis: o que será, passando a causa de cem mil reis; e não chegando, levarão amedade.

R E Q U E R E N T E S.

DE porem huma acção em audiencia, oitenta reis. De cada requerimento, o mesmo; e ajustando-se com as partes a tratar das causas, poderão levar por mez, seiscentos reis, e não mais, ou seja huma, ou muitas as causas.

C A R C E R E I R O S.

DE carregarem de cada hum dos prezos, quando se mandar soltar, levarão noventa reis; e o mesmo levarão dos que forem prezos de noite com armas defezas; porém dos que forem prezos por serem achados fóra de horas, depois do sino, sem armas, levarão só meia carceragem. E sendo algum prezo por erro, ou sem mandado do Juiz, e sem culpa, e por isso for mandado soltar por despacho, ou Alvará, não levarão delle carceragem. Do prezo, que for mudado de huma prizaõ para outra, levará somente ametade da carceragem, que elle havia de pagar, quando fôsse solto; e o Carcereiro da prizaõ, para onde for mudado, levará, quando o soltarem, a carceragem inteira. Dos escravos prezos, ou seja por culpas, ou por serem penhorados a seus senhores, e não haver Depositarios a elles, ou por fugidos, ou por ordem de seus senhores, sendo soltos, levarão seiscentos reis somente: e não lhe querendo seu senhor dar de comer, o Carcereiro lhe assistirá com o sustento natural; e levará delle, por cada escravo, por dia sessenta reis.

Este Alvará em fôrma de Ley se cumpra, e guarde inteiramente, como nelle se contém, não obstante quaesquer outras Leys, Regimentos, ou Resoluçoens em contrario, que hei por derogados para este effeito, como se delles fizesse expressa, e individual mençaõ. Pelo que mando ao meu Conselho Ultramarino, Vice-Rey, Governadores, e Capitaens Generaes do Estado do Brasil, Ministros, e mais pessoas dos meus Reinos, e Dominios, que o cumprão, e guardem, e o fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém; e ao Desembargador Francisco Luiz da Cunha e Ataide, do meu Conselho, e Chancelier mór do Reino, mando, que o faça publicar na Chancellaria, e o faça imprimir, e registar nos lugares, onde se costumaõ fazer semelhantes Registos; e este proprio se lançará na Torre do Tombo, Escrito em Belem a dez de Outubro de mil setecentos cincoenta e quatro.

R E Y.

Diogo de Mendoça Corte-Real.

Alvará em fôrma de Ley, pelo qual V. Magestade he servido declarar os sallarios, assignaturas, e mais proes, e precalsos, que devem haver os Ouvidores, Juizes, e mais Officiaes nos seus Dominios de America, nas Comarcas de Beira-mar, e Certaõ; excepto o das Minas: tudo na fôrma que acima se declara.

Para V. Magestade ver.

Fran-

Francisco Luiz da Cunha de Ataíde.

Foi publicado este Alvará em fôrma de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 15 de Outubro de 1754.

Dom Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 65. Lisboa, 18 de Outubro de 1754.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

Bento Cuinet o fez.

Foi impresso na Chancellaria mór da Corte, e Reino.

